



CADERNO OPINIÃO

COMO AVALIAR OS SUBSÍDIOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO E OUTROS FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO?

AUTORES

Gláucia Fernandes, Guilherme Pereira e Vanderlei Martins

janeiro.2019

SOBRE A FGV ENERGIA

A FGV Energia é o centro de estudos dedicado à área de energia da Fundação Getúlio Vargas, criado com o objetivo de posicionar a FGV como protagonista na pesquisa e discussão sobre política pública em energia no país. O centro busca formular estudos, políticas e diretrizes de energia, e estabelecer parcerias para auxiliar empresas e governo nas tomadas de decisão.

DIRETOR

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Luiz Roberto Bezerra

SUPERINTENDENTE COMERCIAL

Simone C. Lecques de Magalhães

ANALISTA DE NEGÓCIOS

Raquel Dias de Oliveira

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

Ana Paula Raymundo da Silva

SUPERINTENDENTE DE ENSINO E P&D

Felipe Gonçalves

COORDENADORA DE PESQUISA

Fernanda Delgado

PESQUISADORES

Angélica Marcia dos Santos

Carlos Eduardo P. dos Santos Gomes

Fernanda de Freitas Moraes

Glaucia Fernandes

Guilherme Armando de Almeida Pereira

Mariana Weiss de Abreu

Pedro Henrique Gonçalves Neves

Priscila Martins Alves Carneiro

Tamar Roitman

Tatiana de Fátima Bruce da Silva

Thiago Gomes Toledo

Vanderlei Affonso Martins

CONSULTORES ESPECIAIS

Ieda Gomes Yell

Magda Chambriard

Milas Evangelista de Souza

Nelson Narciso Filho

Paulo César Fernandes da Cunha



OPINIÃO

COMO AVALIAR OS SUBSÍDIOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO E OUTROS FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO?

*Gláucia Fernandes, Guilherme Pereira e
Vanderlei Martins*

No início do ano 2000, o Brasil passou pela chamada “crise do apagão” provocada tanto pela falta de investimentos nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, quanto pela queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas. Como nesse período a oferta de eletricidade foi insuficiente para atender o consumo doméstico, o governo federal impôs medidas compulsórias de racionamento, que impactaram a indústria de forma geral, os setores de comércio e serviços, além de rígidas restrições ao consumidor residencial.

Com o intuito de evitar um novo apagão no futuro, o governo estendeu os prazos para expansão da infraestrutura necessária ao país. Nesse mesmo período, o governo criou um Fundo, com recursos arrecadados por meio da conta de luz, para financiamento dos investimentos no setor elétrico, conforme elencado abaixo:

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: destinada a promover o desenvolvimento energético dos Estados, garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A CDE passou a conviver com dois importantes fundos setoriais que lhe antecederam:

RGR – Reserva Global de Reversão: utilizada em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, no Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica - Procel e no Reluz, que trata da eficiência energética na iluminação pública dos municípios brasileiros;

CCC – Conta de Consumo de Combustível: utilizada para financiar os custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis nos sistemas isolados, situados basicamente na Região Norte do País;

Apesar da importância dos demais recursos, este artigo trata em especial da criação da CDE e as recentes discussões sobre o corte de subsídios para os

programas do setor elétrico financiados neste fundo. Criada pela lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, a CDE é atualizada anualmente pela ANEEL. Esse Fundo foi administrado no período de 2002 até maio de 2017 pela Eletrobras. Com a perspectiva da sua privatização, a gestão do fundo passou para CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A Figura 1 ilustra o atual fluxo de funcionamento da conta.

Figura 1 – Fluxo de Funcionamento da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE



Fonte: CCEE, 2018.

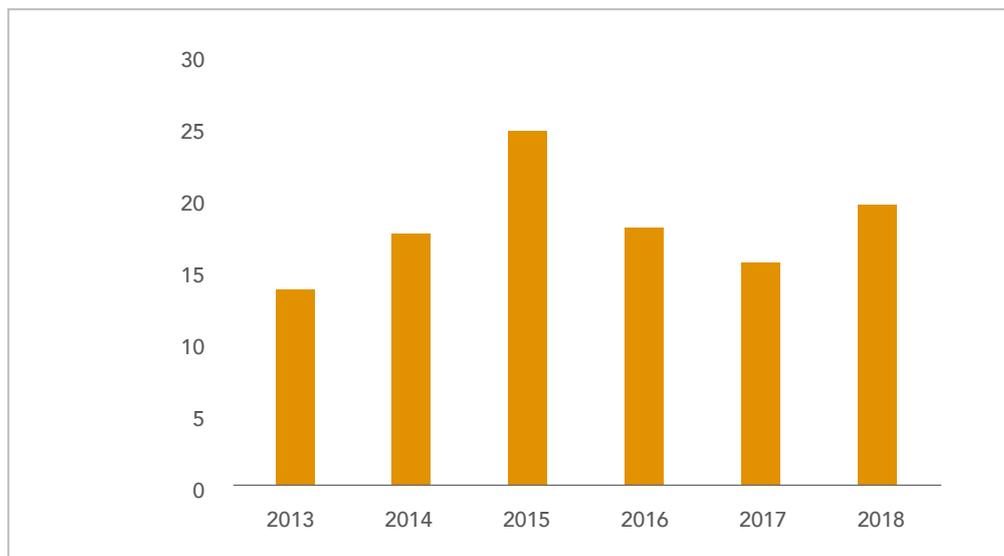
É da CDE que saíram os recursos que permitiram conectar mais de 3 milhões de unidades consumidoras às redes de distribuição por meio do Programa Luz para Todos. É desse Fundo que saem os recursos para subsidiar a tarifa social. Também, é desse Fundo que saem os recursos para incentivar a migração de consumidores para o mercado livre quando adquirirem energias renováveis.

Em particular, a CDE tem por objetivo a universalização do serviço de energia elétrica em todo território brasileiro, a promoção da competitividade da energia produzida a partir de carvão mineral nacional e de fontes renováveis, a geração de energia em sistemas elétricos isolados e a modicidade da tarifa social de

energia elétrica aplicada a consumidores residenciais de baixa renda.

Para custear esta quantidade de subsídios, a CDE conta com as quotas anuais pagas pelos agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final, mediante encargo tarifário incluído na TUSD e TUST. Além disso, há outras fontes secundárias, como pagamentos de concessionárias e autorizadas pelo Uso de Bem Público, multas aplicadas pela ANEEL e transferência de recursos do orçamento geral da União. A Figura 2 ilustra o orçamento da CDE entre os anos de 2013 e 2018. Em apenas 6 anos, houve um aumento de aproximadamente 42% dos recursos desta conta.

Figura 2 – Orçamento da CDE (em R\$ bilhões)



Fonte: ANEEL, 2019.

Diante das revisões extraordinárias no orçamento da conta em 2017 e seus impactos para as tarifas de energia, um dos últimos atos do governo Temer foi o Decreto nº 9.642/2018 de 28 de dezembro que reduz os subsídios custeados pela CDE. Com a medida, haverá redução gradual de 20% ao ano, dos custos considerados alheios ao setor elétrico. Assim, serão reduzidos gradualmente descontos para setores como serviços públicos de águas, saneamento, irrigação e consumidores rurais. Segundo o estudo feito pela PSR¹, o benefício na tarifa para os consumidores é projetado em R\$16 bilhões nos próximos 5 anos.

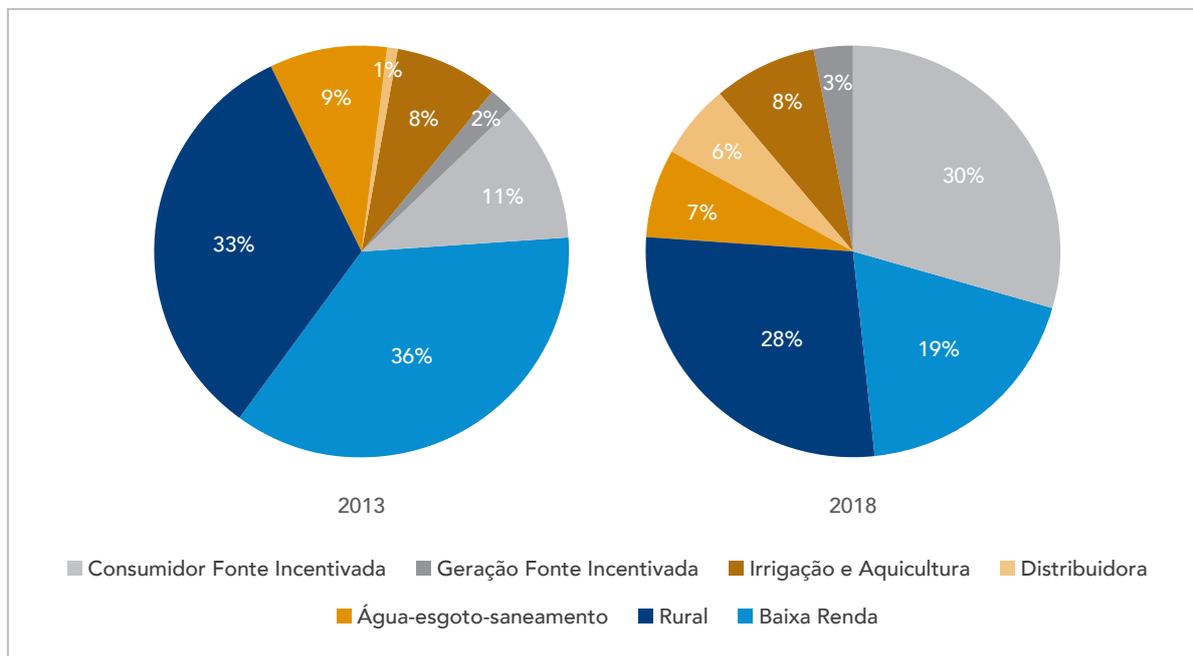
Sabe-se da necessidade de redução dos encargos setoriais no bolso do consumidor e, por outro lado, a relevância do fundo setorial para o desenvolvi-

mento energético. O que a sociedade precisa é que o Governo dote os encargos setoriais de focalização, eficiência e transparência. Neste ponto, questiona-se a desvirtuação dos recursos da CDE com a Lei nº 12.783 de 2013, na contramão dos objetivos iniciais da sua criação, como exemplo os sucessivos pagamentos de indenizações de concessões.

Com relação às fontes incentivadas de energia, deve-se analisar em profundidade os benefícios conquistados para o setor elétrico e em qual magnitude a política de financiamento da CDE é eficaz em prover a expansão das renováveis no país. Logo, este é o momento de verificar o nível de maturidade e competitividade das fontes, bem como a pertinência desses subsídios providos pelos consumidores.

¹ Maia, C. Decreto reduzirá conta de luz em 2,5% em 5 anos, diz diretor da Aneel. Valor Econômico. 28/12/2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/6041927/decreto-reduzira-conta-de-luz-em-25-em-5-anos-diz-diretor-da-aneel> Acesso em 7/1/2019.

Figura 3 – Evolução dos subsídios CDE entre os anos de 2013 e 2018.



Fonte: ANEEL 2019.

Tabela 1 – Montante financeiro dos subsídios da CDE para os anos de 2013 e 2018 em milhões de dólares.

Ano	Consumidor Fonte Incentivada	Geração Fonte Incentivada	Irrigação e Aquicultura	Distribuidora	Água, Esgoto, Saneamento	Rural	Baixa Renda
2013	586	114	406	31	465	1.710	1.850
2018	2.230	222	579	431	547	2.140	1.400

Fonte: ANEEL, 2019.

O perfil de subsídios da CDE vem sofrendo alterações relevantes nos seus itens. Como pode ser observada na Figura 2 e na Tabela 1, em apenas 5 anos, o subsídio para o Consumidor de Fonte Incentivada passou de 11% (\$586 milhões) para 30% (\$2.23 bilhões), apresentando assim, a maior variação. O item Distribuidora também apresentou uma variação expressiva, passando de \$31.3 milhões para \$431 milhões. Em termos percentuais esses valores representam 1% e 6% dos subsídios nos anos de 2013 e 2018, respectivamente. Além desses, a rubrica Rural, embora em termos absolutos tenha apresentado uma variação posi-

tiva, em termos percentuais representou uma fatia menor dos recursos totais da CDE. Por outro lado, os subsídios para a Baixa Renda diminuíram, passaram de 36% para 19%, o que em termos financeiros representa uma redução de \$1.85 bilhões para \$1.40 bilhões.

A CDE tem duração prevista de 25 anos, em outras palavras, até 2027 ela deverá ser extinta ou revisada para prolongar sua existência. Tendo isso em vista, a ANEEL tem criado outras políticas de incentivo para diminuir a dependência aos fundos do setor elétrico.

Nesse sentido, uma iniciativa direcionada pela agência, para a otimização da utilização dos recursos dos encargos setoriais, são os leilões para desconstrução de energia no Norte/Roraima, com o objetivo de redução da CCC. A CCC é o encargo setorial associado ao consumo de combustíveis fósseis em regiões do país fora do Sistema Interligado Nacional, ou seja, regiões em que o custo da energia fornecida aos consumidores é bem mais alto do que no resto do país.

Mais recentemente, entrou na pauta a discussão sobre a pertinência dos subsídios para a migração de consumidores para o mercado especial (migração de consumidores do mercado regulado das distribuidoras para o mercado livre quando contratam energias renováveis). Embora esta política estimule a geração e o consumo de energias renováveis, ela vem introduzindo uma distorção muito grande nos encargos setoriais, já que quem migra recebe desconto na TUSD bancado pelos encargos.

Percebe-se uma evolução dinâmica do perfil das despesas da CDE ao longo do tempo, o que ressalta a participação do Fundo em diversas frentes do setor

elétrico. Por isso, é essencial que os cortes dos subsídios ocorram de maneira gradual, de forma a dar tempo para que os segmentos incentivados possam estar preparados para um futuro sem CDE. Assim, a pergunta que deve ser feita é: qual o tamanho desse corte e qual o prazo necessário de adaptação?

Portanto, ao invés de somente se preocuparem com a quantidade de recursos que a CDE consumiu ao longo do tempo, os agentes do setor devem estar atentos com a avaliação econômica e de desempenho dos recursos empregados, bem como com o impacto do corte desses subsídios na aceleração do desenvolvimento dos recursos renováveis no país.

Vários programas e políticas foram implementados, mas possuem resultados desconhecidos. A sociedade precisa conhecer os reais efeitos das políticas públicas no setor elétrico. Só com essa informação é que a sociedade conseguirá obter uma redução da assimetria de informação, aperfeiçoamento na tomada de decisão, controle dos subsídios cruzados e segurança que os valores arrecadados estão sendo empregados da melhor forma possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Informações Técnicas – Conta de Desenvolvimento Energético. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/informacoes-tecnicas/-/asset_publisher/CegkWaVJWF5E/content/conta-de-desenvolvimento-energetico-cde/654800?inheritRedirect=false. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Contas Setoriais – Conta de Desenvolvimento Energético. Disponível em: https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/o-que-fazemos/contas/conta_cde?_afLoop=1966208936087898&_adf.ctrl-state=18j10dimvo_1#!%40%40%3F_afLoop%3D1966208936087898%26_adf.ctrl-state%3D18j10dimvo_5. Acesso em 20 de janeiro de 2019.



Pesquisadora na FGV Energia e Coordenadora Adjunta do MBA/FGV em Gestão de Negócios para o Setor Elétrico. Economista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Obteve o título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e os títulos de Doutor em Finanças e Pós-doutor em Engenharia Industrial pela PUC-Rio. Durante o doutorado, foi pesquisadora visitante na University of Texas at Austin - McCombs School of Business. Foi Pesquisadora do Núcleo de Energia e Infraestrutura - NUPEI, no Departamento de Administração da PUC-Rio. Foi Assessora do Mestrado de Matemática Profmat, com núcleo no IMPA. Dentre seus interesses destacam-se: análise de risco, análise de projetos & investimento, estrutura de capital, modelos de opções com aplicações direcionadas ao Setor Elétrico Brasileiro.



Guilherme Pereira é Pesquisador na FGV Energia. Economista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Obteve os títulos de Mestre e Doutor em Engenharia Elétrica (Métodos de Apoio à Decisão) pela PUC-Rio. Durante o doutorado, foi pesquisador visitante na Universidade Técnica de Munique (TUM), Alemanha. Dentre seus interesses destacam-se: cópulas, séries temporais, modelos não lineares, modelos estatísticos em grandes dimensões, representação de incerteza e econometria. Vem desenvolvendo pesquisas de caráter metodológico e prático com aplicações direcionadas ao Setor Elétrico Brasileiro.



Vanderlei Affonso Martins é Pesquisador na FGV Energia. Doutorando do Programa de Planejamento Energético (PPE/COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Planejamento Energético também pela COPPE/UFRJ e economista pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na gestão dos programas de P&D do setor elétrico, regulação da geração distribuída, fontes de energia renováveis e programas de eficiência energética. Possui experiência também com análises de viabilidade econômica de projetos fotovoltaicos, modelos de avaliação de políticas públicas e avaliação de projetos governamentais, construção de cenários de demanda de energia através de modelos bottom-up e estudos relacionados aos temas: smart grids, pobreza energética, economia da energia, regulação do setor elétrico, impactos econômicos das fontes renováveis no Brasil e mudanças climáticas.

* Este texto é de inteira responsabilidade do autor e não reflete necessariamente a linha programática e ideológica da FGV.



fgv.br/energia

